

---

# *A INFLUENCIA DO LATIM NA ORIGEM DA LINGUA PORTUGUESA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES*

---

## *THE INFLUENCE OF LATIN AT THE ORIGIN OF THE PORTUGUESE LANGUAGE: SOME CONSIDERATIONS*

Antônio Sérgio Mota da Silva<sup>31</sup>

Maria Nazareth de Lima Arrais<sup>32</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo compreender como as transformações ocorridas no Latim vulgar influenciaram o processo de formação da língua portuguesa em seu estágio primitivo. Para que esse objetivo fosse alcançado, foi necessário nos reportarmos à história externa e interna do português e discorrermos sobre a Península Ibérica do século III a.C, quando ela começa a ser dominada pelo Império Romano. Esta é uma pesquisa bibliográfica, uma vez que discorreremos sobre uma literatura já existente. Para tanto, buscamos fundamento especialmente em Teyssier (2001), Cardeira (2006), Ilari e Basso (2012) e Coutinho (2011). Com base nas obras desses autores e de outros que discutiram a mesma temática, construímos fichamentos, seguidos de resumos que constituíram os instrumentos da pesquisa para, em seguida, procedermos à elaboração do texto. Com esse trabalho, constatamos que, por causa de familiaridade com o português, o estudo do Latim favorece um entendimento mais elaborado da gramática e do vocabulário da nossa língua, ressaltando, com isso, a importância da influência do Latim vulgar na constituição da língua portuguesa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Latim vulgar; história interna e externa; Língua portuguesa.

**ABSTRACT:** This article aims at the understanding how the changes on Vulgar Latin had influenced the process of formation of the Portuguese language in its early stages. In order to reach our goal we had reported to the internal and external history of Portuguese and focused on the Iberian Peninsula of the III century B.C., while it is under the Roman Empire. This is a bibliographical research since we discuss literature that already exists. In order to do so, we based our research especially on Teyssier (2001), Cardeira (2006), Ilari and Basso (2012) and Coutinho (2011). Based on the works of these authors and others who discussed the same theme, we constructed files, followed by abstracts that constituted the research tools, and then proceeded to the elaboration of the text. With this work, we find that because of familiarity with Portuguese, the study of Latin favors a more elaborate understanding of the grammar and vocabulary of our language, thus emphasizing the importance of the influence of Vulgar Latin in the constitution of the Portuguese language.

**KEYWORDS:** Vulgar Latin; internal and external history; portuguese language.

---

<sup>31</sup>Especialização em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino da Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba. especialização em Especialização em Filosofia Contemporânea Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras. Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras. E-mail: [silva-cz@hotmail.com](mailto:silva-cz@hotmail.com)

<sup>32</sup>Doutora em Letras pela Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Letras pela Universidade Federal da Paraíba. Professora Adjunta da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: [Nazah\\_11@hotmail.com](mailto:Nazah_11@hotmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

O português tem sua principal fonte de origem remota no Latim clássico e mais diretamente no Latim vulgar. Em razão disso, defendemos que essa língua deve ser conhecida e estudada para que se compreenda mais adequadamente a estrutura e organização da língua portuguesa. Por esse motivo, não é sem razão séria que a Língua Latina faz parte do conjunto das componentes curriculares do curso de formação dos professores de Língua Portuguesa. Mesmo sem ser falado ativamente por uma população específica, o Latim continua vivo, pois é língua oficial do Vaticano, e influente na estrutura de nossa língua portuguesa e de outras línguas neolatinas modernas na Europa e em outras partes do mundo, a exemplo do francês, do espanhol e do italiano.

Desse modo, este trabalho tem como objetivo compreender como as principais transformações ocorridas no Latim vulgar influenciaram o processo de formação da língua portuguesa em seu estágio primitivo. Para que esse objetivo fosse alcançado, foi necessário nos reportarmos à história externa e interna do português e discorrermos sobre a Península Ibérica do século III a.C., quando ela começa a ser dominada pelo Império Romano.

Em sincronia com os objetivos, seguimos uma proposta de pesquisa bibliográfica, uma vez que estudamos uma teoria já existente e dela filtramos as informações de que necessitamos para entender como se formou a língua portuguesa. Para tanto, nos fundamentamos em Teyssier (2001), Carneira (2006) e Coutinho (2011), sem desconsiderar outros estudiosos dessa temática.

As fontes de pesquisa utilizadas foram bibliográficas, mas, também, webgráficas, uma vez que utilizamos livros impressos e disponíveis na *web*. Desse material, construímos fichas e resumos que constituíram os instrumentos de pesquisa para, em seguida, com base neles, procedermos à elaboração da redação estruturada do texto.

A presente pesquisa foi motivada pelo interesse em adentrar na história da língua portuguesa e, de modo especial, em estudar os processos de transformação pelos quais o Latim Vulgar passou até que comesçassem a surgir os primeiros escritos propriamente portugueses. Essa pesquisa também demonstra a importância que tem o estudo do Latim, principalmente por parte daqueles que ensinam o vernáculo nas escolas.

Seguindo o percurso de formação da língua portuguesa, este trabalho se estrutura da seguinte forma: na primeira seção, apresentamos as origens remotas da língua portuguesa, abordando o processo de romanização pelo qual passou a Península Ibérica, e também elencamos

variantes da língua latina com algumas de suas características, já que ela é a língua-mater do português; a segunda seção, que tem como tema os substratos e superstratos nas diversas regiões da Península Ibérica, traz alguns dos fatores condicionantes linguísticos e extralinguísticos que favoreceram o surgimento do romance galego-português, antecessor imediato do português; e a terceira seção trata da origem da língua portuguesa como língua neolatina, enfocando algumas mudanças na morfologia e na sintaxe que se processaram dentro da língua.

## **2. AS ORIGENS REMOTAS DA LÍNGUA PORTUGUESA**

O início do processo de formação da Língua Portuguesa remonta à época da Segunda Guerra Púnica<sup>33</sup>, que foram as batalhas empreendidas contra os cartagineses entre os anos 218 e 209 a.C., sendo vitoriosas as tropas romanas sobre os cartagineses. O referido processo começa quando tropas do exército romano chegam à Península Ibérica, também chamada de Ibéria e Hispânia, e após dois séculos de investidas, a situação se estabiliza e a região torna-se parte do Império Romano ao modo de colonização. Conforme Cardeira (2006), esse foi o início da Romanização da Península Ibérica, que constituiu basicamente na importação da cultura, da língua e do direito romanos por parte daqueles que, de alguma maneira, já faziam parte do império e que agora habitavam a referida região, dividida politicamente em Bética, Lusitânia, Tarraconense e Galícia.

Esses habitantes iberos, aculturados ao modo romano de ser, além de ter acesso ao Latim literário ou clássico, presente nos textos escritos mais elaborados, nas leis e nas poesias, também faziam largo uso do Latim vulgar, que se manifestava especialmente pela oralidade como um verdadeiro vernáculo (cf. ILARI; BASSO, 2012).

As diversas populações da Ibéria, dominadas pelo Império Romano, foram paulatinamente adotando o Latim. Porém, a aceitação da língua como tal não se deu na mesma proporção que a pacificação do território e nem de modo igual para todas as regiões. Nas palavras de Cardeira,

[...] a romanização implanta uma língua que não é homogênea e que é adoptada por populações diversas, a um ritmo irregular, com diferente intensidade e em momentos distintos. [...] Em regiões cedo pacificadas e densamente povoadas por colonos romanos,

---

<sup>33</sup> O adjetivo púnico deriva do nome latino “*Punici*” (que por sua vez deriva de *Poenici*, que refere-se à ascendência fenícia dos cartagineses) dado pelos romanos aos habitantes de Cartago, à época cidade-estado, localizada na África. Os cartagineses dominavam as rotas comerciais do Mar Mediterrâneo e possuíam diversas colônias na Península Ibérica. Das três Guerras Púnicas (264-241; 218-202; 149-146), foi a segunda que deu à Roma o domínio sobre a península. (*passim*).

uma política de casamentos mistos, promovendo o bilinguismo dos povos conquistados, favorece a aceitação da língua. Nas cidades, a escolarização promove um Latim culto e conservador. Mas em regiões menos colonizadas, ou menos escolarizadas, classes sociais menos cultas tornar-se-ão, com facilidade, permeáveis à aceitação de inovações linguísticas (CARDEIRA, 2006, p. 25).

Pode-se dizer que esse processo de aceitação da língua latina transcorreu em três etapas diferentes: a primeira se deu por ocasião da chegada do exército romano e da consequente confrontação com os povos nativos; na segunda, deu-se a fase do bilinguismo; e, na terceira, ocorreram a aceitação e o estabelecimento da cultura romana. Essa última etapa quase fez desaparecer as línguas nativas presentes no território ibérico.

De acordo com Assis (2014), a fase sucessiva à romanização deu-se com a invasão lenta e gradual dos povos chamados “bárbaros”. No início, sua entrada no território foi sem conflitos e cada um trazia consigo sua própria língua e costumes. Os bárbaros, também chamados de germânicos por habitarem a região da Germânia, eram todos aqueles que se localizavam no território fora e ao mesmo tempo próximo do território do império e que não tinham o Latim como língua oficial. Os principais povos germânicos eram os burgúndios, turíngios, francos, godos, saxões, normandos, lombardos, anglos, ostrogodos, visigodos, suevos, alanos e vândalos. Esses quatro últimos fizeram seu movimento migratório para a Península Ibérica. As línguas diferentes desses povos em contato com os grupos romanizados possibilitou que, no Latim falado naquela região, surgissem variações.

A partir de 711 d.C., povos de tradição muçulmana começam a chegar na península através do Estreito de Gibraltar provindos do norte da África. Eles puseram fim ao reino visigodo, que na época era o reino que dominava toda a região, e foram impondo seu domínio militar, ao mesmo tempo em que difundiam sua cultura e a língua árabes. Conforme Ilari e Basso (2012), o resultado da convivência entre cristãos e mouros foi a origem de duas culturas: a *moçárabe* e a *mudéjar*. Os *moçárabes* eram os cristãos que tinham adotado diversos elementos da cultura árabe. O adjetivo *mudéjar* é utilizado para expressar a situação inversa. Dessas culturas mescladas, nasceram estilos de arquitetura, pintura e muitas palavras utilizadas até hoje em nossa língua.

Em sua obra, Teyssier (2001) explica que, após sete séculos de domínio árabe, os cristãos começam a realizar cruzadas para expulsar os muçulmanos da região. Esse movimento denominado de “Reconquista” parte do Norte para o Sul, recuperando os territórios dos reinos de Leão, Castela e Aragão, entre os quais estava o condado de Galiza, que posteriormente foi desmembrado, originando o Condado Portucalense, localizado em torno da cidade do Porto. Nos

séculos XI e XII, foram reconquistadas várias das principais cidades que hoje formam a nação portuguesa e, a partir daí, iniciou-se o processo de repovoamento dessas regiões. Sobre esses acontecimentos, Teyssier escreve:

A invasão muçulmana e a Reconquista são acontecimentos determinantes na formação de três línguas peninsulares – o galego-português a oeste, o castelhano no centro e o catalão a leste. Estas línguas, todas três nascidas no Norte, foram levadas para o Sul pela Reconquista. [...] A Reconquista provocou importantes movimentos de populações. Os territórios retomados aos “mouros” estavam frequentemente despovoados. Os soberanos cristãos “repovoam” esses territórios e entre os novos habitantes havia em geral uma forte proporção de povos vindos do Norte. Foi assim que o galego-português recobriu, pouco a pouco, toda a parte central e meridional do território português (TEYSSIER, 2001, p. 8).

Depois de conhecer, ainda que breve, a história da Península Ibérica, fica mais fácil o entendimento de como se deu a transformação do latim para o português. Isto porque os fatos históricos foram marcos importantes que contribuíram para o surgimento de novas línguas. Ao lado dessa história externa à língua, temos uma interna que marca a evolução de uma língua a outra.

### *2.1. Breve histórico do Latim e de suas modalidades*

O Latim é uma língua sobrevivente do ramo itálico que juntamente com outros ramos, dentre os quais o grego, o céltico, o protogermânico, o balto-eslavo, forma a família linguística do Indo-europeu ocidental. Na antiguidade, compondo o ramo de línguas itálicas, havia ainda o osco e o umbro, como também dialetos, a exemplo do prenestino (da cidade de Preneste) e do falisco (original da cidade de Falérios), sendo que este último era falado também no Lácio, mas foi absorvido pela língua oficial de Roma. Todos os idiomas e dialetos chamados românicos ou neolatinos, que somados chegam a dezenas, pertencem à família de línguas itálicas, incluindo o Latim o português (cf. MARTINS, 2006).

Os pesquisadores da história do Latim não são unânimes quanto à datação de suas fases de evolução. De todo modo, podemos fazer um quadro geral de sua periodização com suas principais características e seus marcos mais eminentes. Por volta do século IX ou VIII a.C., ele foi trazido para o Lácio, região central da Península Itálica. Seu alfabeto foi desenvolvido a partir dos alfabetos das línguas etrusca e grega.

Numa perspectiva diacrônica, encontramos a seguinte divisão: a) Período *arcaico* (séc. III ao I a.C.), representado por Catão, Plauto e Terêncio; b) *clássico* (séc. I a.C. e I d.C.), com Cícero, César, Salustio, Horácio, Vergílio e outros; c) *pós-clássico*, com Tito Lívio, Sêneca, Quinto Cúrcio, Plínio o Velho, Quintiliano, Plínio o Moco, Suetônio; d) *cristão* (do séc. III em diante), com Tertuliano, Santo Agostinho, São Jerônimo e outros (cf. ROSÁRIO, 2011).

A partir de uma perspectiva sincrônica, os filólogos e linguistas apresentam outro panorama para as modalidades do Latim, indicando que,

[...] com efeito, há três fatores envolvidos nas variantes que uma língua pode apresentar: a **variação social**, correspondente à estratificação social, a **geográfica**, correspondente às diferenças geográficas, e as diferenças relativas ao **grau de formalidade** da situação de fala (MARTINS, 2006, grifo nosso).

Dito isso, compreendemos que, para maior produtividade, o estudo de uma língua não deve ser feito apenas numa perspectiva diacrônica, levando em consideração datas ou períodos históricos, mas há outras óticas a serem analisadas e consideradas. Assim, de maneira simultânea, havia as diversas variantes do Latim, entre as quais podemos citar: a) o *sermo*<sup>34</sup> *urbanus* ou *usualis*, que era a língua falada coloquialmente pelas classes cultas, correta gramaticalmente, mas sem refinamento estilístico; esta foi literarizada e altamente estilizada, tornando-se o *sermo litterarius* ou *sermo classicus* ou *Latim clássico*, e; b) o *sermo plebeius*, outra modalidade falada, mas desta vez pertencente às classes baixas, formada pelos mais pobres, rudes e analfabetos; essa variante é denominada de *Latim vulgar*, e foi desconsiderada pelos escritores e gramáticos romanos por ser bastante distinta do Latim literário (cf. MARTINS, 2006).

Ainda segundo Martins (2006), o *sermo classicus* ou o Latim literário teve sua continuação através do *sermo ecclesiasticus* (escritos do magistério oficial da Igreja Católica, livros de rituais litúrgicos, hinoologia, livros de orações comuns e escritos filosófico-teológicos dos períodos da Patrística e da Escolástica) e do *sermo profanus* (escritos e tratados de diversas ciências, tais como a medicina, e publicações eruditas em toda a Europa). O *sermo urbanus* ou *quotidianus* deixou de existir, pois sua sobrevivência se dava pela oralidade e apenas enquanto seus utentes viveram. Ao contrário, o *sermo classicus* sobreviveu por ter sido consignado em muitos escritos e até hoje pode ser amplamente estudado e utilizado.

---

<sup>34</sup> O termo latino “*sermo*” significa discurso, sermão, oração, e tem o sentido de *linguagem e conversação*.

De modo geral, na época da origem do português, poderiam ser identificados o Latim clássico e o vulgar. Os dois diferiam na gramática, no vocabulário e na pronúncia. O primeiro era aquele dos autores da era áurea da literatura latina, das leis, da gramática. O Latim vulgar era, basicamente, a língua como era falada popularmente, com vocabulário especial, sem tanta preocupação com a correção gramatical, apresentando muitos neologismos.

Sobre as modalidades do Latim, Ilari e Basso explicam:

Ao passo que o latim literário e, mais tarde, o latim eclesiástico foram ensinados com o apoio da escrita, o latim vulgar foi uma variedade de latim principalmente falada, a mesma que os soldados e comerciantes romanos levaram às regiões conquistadas durante a formação do Império, que foi passando de geração em geração sem ser ensinada formalmente. [...] Depois das conquistas militares, o Império Romano passou por alguns séculos de estabilidade, durante os quais o latim vulgar foi falado na maioria dos territórios conquistados. Nesse período, acredita-se que o latim vulgar apresentou uma relativa uniformidade em uma grande área geográfica que correspondia a [sic] boa parte da Europa ocidental (ILARI; BASSO, 2012, p. 17).

Ilari e Basso (2012) também elucidam que essa fase de estabilidade e relativa uniformidade durante o período imperial proporcionou uma espécie de território linguístico latino, denominado de *România*. Pode-se afirmar que, nesse território, o Latim vulgar era o vernáculo e esse fato deu margem a uma maior possibilidade de variações espontâneas. Sua estrutura gramatical e sua sintaxe eram bem mais simples em todos os níveis, fáceis de apreensão e acessíveis a qualquer falante. E por ser permeada de elementos estrangeiros, foi mais rapidamente se transformando, até que no início do século VII, em várias partes da România, essa língua já se constituía nos primeiros “romances”, ou seja, não era mais o Latim propriamente dito que se falava e nem, ainda, nenhuma das línguas românicas.

Seguindo a discussão, na próxima seção trataremos um pouco mais dos fatores que levaram o Latim vulgar a transformar-se nos diversos romances, mas por ora é importante dizer que esse processo foi levado a cabo graças à liberdade que os utentes dessa língua tinham ao se expressar, sem se importar com as normas gramaticais, e também pelo fato de muitas populações estrangeiras fazerem mau uso da língua, introduzindo cada vez mais elementos novos e, desse modo, corrompendo-a e transformando-a.

### ***3. OS SUBSTRATOS E SUPERSTRATOS NAS REGIÕES DA PENÍNSULA IBÉRICA***

De acordo com Assis (2014), a variedade linguística existente na península, devido à diversidade de línguas dos povos pré-romanos, serviu de substrato para as transformações sucessivas que o Latim vulgar viria a sofrer com o passar do tempo. Não se sabe com exatidão como era cada língua à época da Segunda Guerra Púnica, porém é certo que em vários aspectos o Latim vulgar foi influenciado por elas. A essa influência que a língua dos povos subjugados exerce sobre a língua do povo vencedor dá-se o nome de *substrato*, contudo, a língua do vencedor permanece dominante e se sobrepõe às demais.

Nesse contexto, inicialmente estabeleceu-se uma fase de bilinguismo: cada tribo usava sua própria língua para as situações corriqueiras, mas também era impelida a utilizar a língua do dominador, no caso o Latim, em muitas ocasiões do dia a dia. Nas palavras de Cardeira,

A assimilação cultural implicou um período de bilinguismo, mais ou menos longo, em que características das línguas nativas penetraram, com maior ou menos intensidade, na língua recentemente adquirida e que viria a tornar-se dominante. [...] É um processo que, não se refletindo necessariamente de forma imediata na língua, pode transformá-la paulatinamente, imprimindo-lhe uma feição particular, dialectalizando-a e provocando uma diferenciação linguística que emergirá, mais tarde, em momentos de enfraquecimento da norma instituída (CARDEIRA, 2006, p. 26-27).

Ao passo que a região vai sendo romanizada e pacificada, os povos nativos vão adotando o Latim vulgar, fazendo-o sofrer variações, e as línguas nativas vão sendo suplantadas.

Com a chegada dos povos germânicos na península, novos elementos linguísticos se associam ao Latim. Os alanos, suevos, vândalos e visigodos forneceram o que pode ser chamado de *superstrato*, que ocorre quando a língua do povo vencedor exerce influência sobre a língua do povo subjugado, mas sem que esta seja modificada de modo significativo. Em outras palavras, as línguas dos povos bárbaros apenas deixaram marcas no Latim; este permaneceu sendo a língua dominante e comum da Península Ibérica (cf. CARDEIRA, 2006).

Não houve uma germanização da região como houve a romanização. O mesmo se diz a respeito da chegada dos árabes: aquilo que eles trouxeram de cultura e de língua não ocasionou uma arabização da península ou a suplantação da língua latina existente. Como resultado expressivo da influência da cultura árabe-islâmica, surgiu a tradição cultural *moçárabe*, que são os cristãos que passaram a adotar muitos elementos culturais dos árabes sem, contudo, deixar a fé cristã católica (cf. ILARI; BASSO, 2012). Os moçárabes, com seu tipo de falar particular, estavam mais fortemente presentes na região sul da Lusitânia e após a expulsão dos árabes, permaneceram na

região. Por ocasião do repovoamento da península, o romance galego-português mistura-se um pouco mais ao romance moçárabe e gradativamente vai surgindo o português.

Segundo nos apresenta Cardeira (2006), as invasões dos povos bárbaros, por um lado, deixaram como legado linguístico muitos patronímicos e antropônimos, além de muitas palavras novas, mas, por outro, fragmentou linguisticamente a România, especialmente com o superstrato eslavo dominante na área oriental e isolou a Península Ibérica do restante do império, em declínio, produzindo um Latim vulgar hispânico.

Da língua árabe derivaram diversos topônimos portugueses, assim como centenas de palavras. O estrato linguístico de origem latina conviveu pacificamente com o árabe. Não houve uma mútua interferência provocando modificações profundas, mas apenas trocas lexicais. Desse modo, a língua árabe pode ser considerada um *adstrato*, servindo de fonte de empréstimos vocabulares (cf. ASSIS, 2014).

Significa dizer que os superstratos fornecidos pelas invasões dos bárbaros e dos árabes, bem como os substratos proporcionados pelas tribos nativas, provocaram mudanças na língua latina principalmente no que se refere ao enriquecimento lexical, na transformação de muitas palavras existentes no Latim vulgar, e também na pronúncia das vogais e consoantes. É nesse contexto que, para Cardeira (2006), os vários séculos de trocas culturais e linguísticas dos romanos com os nativos peninsulares e os migrantes germânicos e árabes fizeram surgir os muitos romances hispânicos, dentre eles o visigótico, o moçárabe, o leonês, o catalão, o castelhano e o galego-português.

Depois de apresentados alguns fatores que condicionaram o surgimento dos falares próprios da Península Ibérica, fica evidente que a adoção de uma língua não se dá de repente; todas as mudanças linguísticas não acontecem por decretos, mas por processos naturais e em etapas sucessivas e gradativas. Assim, por exemplo, os falares da região da Lusitânia entre os séculos XIII e XIV não eram algo completamente desvinculados e diferentes da língua dos romanos, mas uma variante do Latim vulgar que estava tomando a forma de um romance (cf. ILARI; BASSO, 2012).

Além do mais, o Latim ainda permanecia sendo a língua mais prestigiada da Europa medieval, porém o Latim utilizado costumeiramente na redação dos documentos notariais do Condado Portucalense e dos reinos independentes situados ao norte da península era bem mais simplificado e sua pronúncia se aproximava bastante dos falares regionais. Desse modo, por um período de tempo não havia clara distinção entre o Latim vulgar e os romances. O termo *romance* deriva da expressão “*romanice fabulare*” que significa “falar à maneira dos romanos”. Refere-se ao

processo de dialetalização pelo qual o Latim passou, originando os diferenciados núcleos linguísticos. Todos os romances são falares vernáculos de base latina e alguns deles se constituíram como as línguas oficiais dos reinos que iam se tornando independentes em toda a România durante a Idade Média (cf. CARDEIRA, 2006).

Conforme Cardeira (2006), a formação de unidades políticas distintas com suas respectivas fronteiras geográficas gerou também fronteiras linguísticas, resultantes da ação dos substratos e superstratos com as conseqüentes diferenciações de dialetos. Desse modo, nos territórios compreendidos por Galiza e Portugal, formou-se o romance galego-português; na região das Astúrias e de Leão, ganhou forma o romance astur-leonês; no reino de Castela, tomou forma o castelhano; em Navarra e Aragão, formou-se o navarro-aragonês; e na Catalunha, o catalão.

Durante o período de Reconquista militar e política, cujas conseqüências linguísticas foram sentidas mais fortemente apenas com o passar do tempo, começam a surgir os primeiros escritos em romance galego-português. Esses escritos já apresentam mudanças na fonética, morfologia, sintaxe e no léxico, sem, contudo, se diferenciar em absoluto dos outros falares ibéricos ocidentais. Isso se pode dizer do galego-português e de sua variante linguística mais próxima, o português antigo, cuja origem é praticamente a mesma daquele outro romance citado.

Esses dois falares, que inicialmente existiam apenas na modalidade oral, também coexistiam simultaneamente na modalidade literária a partir de quando surgiram os primeiros escritos. Porém, sua utilização era diversa. O galego-português era mais usado para fins poéticos, enquanto o português antigo passou a ser utilizado com frequência sempre crescente pelos tabeliães, notários, historiadores, cronistas. Enfim, foi usado por todos os que eram responsáveis pelos registros oficiais dos organismos públicos. Ainda segundo Cardeira,

Não se pode dizer que a língua dos trovadores fosse diferente da língua dos notários, mas a especificidade da produção poética permite uma diferente utilização da língua: a língua dos trovadores consubstancia uma estilização da língua falada [...] e perpetua arcaísmos e convencionalismos literários. Os mais de mil e quinhentos poemas trovadorescos [...] mais do que ilustrarem um romance galego-português dão testemunho de uma escola poética. Talvez devamos, por isso, reservar a expressão **Galego-português** para essa produção poética, distinguindo-a do **Português Antigo** (CARDEIRA, 2006, p. 47-48, grifos do autor).

A coexistência desses dois romances perdurou por três séculos até que Portugal se separa politicamente de Leão e da Galiza no século XII, quando Dom Afonso Henriques (Afonso I) proclamou a independência do Reino de Portugal após a Batalha de São Mamede, ocorrida em 1128. Em sua obra, Cardeira (2006) afirma que a separação política teve como conseqüência

inevitável a separação linguística, visto que a língua falada em Portugal vai cada vez mais se estabelecendo como oficial, passando por processos de transformação interna e se tornando cada vez mais distinta dos outros grupos linguísticos presentes na península.

#### 4. ORIGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA NEOLATINA

Os movimentos de Reconquista causaram efeitos linguísticos em toda a Península Ibérica. De acordo com o pensamento de Assis (2014), os romances falados mais ao norte, a exemplo do galego, asturiano, castelhano, aragonês e leonês, fizeram com que o moçárabe e outros dialetos menos influentes desaparecessem. Outro efeito desse movimento político e militar foi o fortalecimento das diversas monarquias em ascensão, que iam se estabelecendo cada vez mais na direção do sul. Isso também aconteceu com Portugal, que transferiu sua capital duas vezes até fixar-se em Lisboa, localizada no sul do território lusitano. O deslocamento para o sul da base territorial central do português nascente contribuiu para que ele fosse separado dos outros falares românicos (cf. ILARI; BASSO, 2012).

As inovações linguísticas que iam surgindo em Lisboa e arredores não tiveram força suficiente para atingir o extremo norte e, desse modo, o português cada vez mais se distinguia dos outros falares. No âmbito político, aconteceu a incorporação da região da Galiza a outros reinos, Castela e Aragão, que também incorporaram, posteriormente, o reino da Granada, formando o Reino da Espanha, processo este que terminou no século XV. Com esses acontecimentos, Portugal estava completamente distinto dos outros reinos ibéricos, tanto do ponto de vista político e geográfico quanto do ponto de vista cultural e linguístico (cf. ILARI; BASSO, 2012).

No século XIII, à época do reinado de Dom Dinis, a Chancelaria régia adotou o português como língua escrita para ser utilizada nos documentos e em outros escritos de diversas naturezas. Também conforme a pesquisa de Assis (2014), o Latim literário, que recebia influências de falares regionais, continuava sendo o modelo a ser utilizado para a elaboração dos documentos oficiais, porém cada vez mais outros escritos como diplomas, notícias, escrituras de cartórios tratando de testamentos, heranças, pactos e doações estavam sendo redigidos nessa nova língua, denominada atualmente por alguns glotólogos de português antigo.

Aqui é pertinente esclarecer que se entende por *português antigo* como sendo a língua falada e escrita utilizada por Afonso Henriques (Dom Afonso I, 1109-1185) e por toda a dinastia ligada a ele. Esse período também é denominado por alguns linguistas de “português arcaico” e outros o

chamam de “trovadoresco” ou mesmo galego-português, por ser muito parecido ainda com o galego (cf. CARDEIRA, 2006). Quanto às datações e à quantidade de períodos de formação dessa língua, os estudiosos também divergem. Contudo, o nosso enfoque não se volta para essa questão. Apenas para citar exemplos de escritos desse período, que são considerados os mais antigos da língua portuguesa que foram conservados, encontram-se a “Notícia de Fiadores”, datada de 1175, a “Notícia de Torto”, localizada provavelmente entre 1210 e 1216, e o “Testamento de Afonso II”, de 1214 (cf. ILARI; BASSO, 2012).

Ao longo de todos os anos de formação da língua portuguesa, muitos foram os processos internos e os condicionamentos externos que levaram à sua transformação. Colocando a língua latina e a portuguesa em perspectiva sinótica, encontraremos muitos pontos de contato, todavia as diferenças são bastante acentuadas, apesar de o português ser uma língua neolatina.

#### *4.1 Algumas mudanças linguísticas na morfologia e na sintaxe do Latim vulgar*

O Latim clássico ou literário, em sua era áurea, possuía cinco declinações (flexão de um substantivo variando sua terminação a partir dos casos), que são os grupos de substantivos que possuem mais ou menos as mesmas características. Em cada uma das declinações, as palavras sofrem as mesmas variações em suas terminações para exercer funções sintáticas diferentes.

No uso corriqueiro que era feito pelos falantes latinos, essas declinações foram reduzidas de cinco para três. As razões dessa redução foram variadas, contudo apontaremos apenas as principais. A quarta e a quinta são as declinações com menor número de palavras e foram absorvidas pelas outras três, devido à “semelhança que havia entre as suas desinências casuais” (COUTINHO, 2011, p. 225). Os substantivos da quarta foram incorporados pela segunda declinação e as palavras pertencentes à quinta declinação passaram a ser declinadas com as desinências da primeira, sendo que algumas delas foram classificadas com a terceira. Desse processo, Coutinho (2011) nos traz os seguintes exemplos: *fructus*, us (4ª) → *fructus*, i (2ª), *metus*, us (4ª) → *metus*, i (2ª); *dies*, ei (5ª) → *dia*, ae (1ª), *rabies*, ei (5ª) → *rabia*, ae (1ª); *fides* e *facies* passaram da quinta para a terceira. Desse modo, o Latim vulgar, em sua maior parte do tempo, possuía apenas três declinações.

Segundo Coutinho (2011), no interior do Latim vulgar também se processou a migração de muitas palavras da terceira declinação para a primeira e para a segunda, dependendo da palavra (por exemplo: *puppis*, *pulex* e *neplis* passaram para a primeira declinação e *corpus*, *tempus* e *caput* passaram

para a segunda), e a supressão do gênero neutro<sup>35</sup> que havia na segunda e na terceira declinação. Até mesmo escritores romanos facilmente escreviam o neutro singular da segunda declinação (cuja terminação do nominativo era “*um*”) como sendo masculino (*templum, fatum, vinum, caelum*) e o neutro plural (com desinência do nominativo em “*a*”) como feminino (*folia, fata, vela, animalia*). Via de regra, no português, os substantivos da segunda (com nominativo em “*us*”) tornaram-se masculinos e os da primeira (nominativo em “*a*”) foram considerados como femininos.

As funções sintáticas principais do Latim clássico eram exercidas por seis casos, a saber: nominativo (para o sujeito e predicativo do sujeito), genitivo (adjunto restritivo com o sentido de posse ou qualidade), dativo (objeto direto e complemento nominal), acusativo (objeto direto e alguns adjuntos adverbiais), vocativo e ablativo (agente da passiva e alguns adjuntos adverbiais). Os falantes do Latim vulgar acabaram conformando, “em todas as declinações, o vocativo com o nominativo” (COUTINHO, 2011, p. 33).

Outro fato é que era cada vez mais frequente a utilização de preposições com os casos genitivo, dativo e ablativo. O uso do simples caso numa oração não estava mais sendo suficiente para que seu sentido fosse claro. Desse modo, o emprego das preposições tornou-se obrigatório para que se facilitasse a compreensão das frases. Coutinho (2011) afirma que o genitivo e o dativo foram sendo substituídos pelo acusativo precedido pela preposição “*de*” e “*ad*”, e o ablativo foi dando lugar ao acusativo regido pelas preposições “*de*”, “*per*” e “*cum*”. Outras preposições também passaram por esses mesmos processos.

Alguns exemplos nos quais as mais diversas preposições eram utilizadas com os casos genitivo, dativo e ablativo e passaram a ser empregadas com o caso acusativo são os seguintes: *cum filiis* → *cum filios*; *ex litteris* → *ex litteras*; *cum discentibus* → *cum discentes*; *pro nobis* → *pro nos*; *de fratribus* → *de fratres*; *in fine* → *in finem*; *sine fructu* → *sine fructum*. Com o passar do tempo, os casos se tornaram menos necessários e ficaram reduzidos a dois: o nominativo, para o sujeito, e o acusativo, para todas as outras funções, com preposições (cf. COUTINHO, 2011).

Cardeira (2006) explica que uma das causas da redução dos casos foi o desaparecimento da diferença de quantidade<sup>36</sup> das vogais que, somando-se à queda da consoante final “*s*” e “*m*” de

---

<sup>35</sup> Na língua latina clássica, além dos gêneros masculino e feminino, três declinações (segunda, terceira e quarta) também possuíam o gênero neutro.

<sup>36</sup> A quantidade de uma vogal refere-se à sua duração de pronúncia, podendo ser longa ou breve. A qualidade diz respeito ao timbre de uma vogal: aberta ou fechada. A vogal final de uma palavra no ablativo possuía duração maior que nos outros casos. Com o desaparecimento da quantidade, a distinção entre o ablativo e o nominativo era afetada. Por exemplo, a palavra “Roma” nestes dois casos deveria ser pronunciada de modo diferente: no ablativo o “*a*” deveria ter uma duração maior (cf. CARDEIRA, 2006).

muitas palavras na língua vulgar, impedia que o caso fosse identificado com facilidade<sup>37</sup> (cf. CARDEIRA, 2006). A consequência disso foi que os falantes latinos viram-se obrigados a lançar mão de preposições e a ordenar as orações em uma sequência mais rígida e menos variável: sujeito, verbo e complementos.

Coutinho (2011) assegura que outra mudança foi a fusão entre os casos nominativo e acusativo, prevalecendo este último, que passou a exercer também o papel de sujeito. Uma prova dessa afirmação é a seguinte inscrição: *fílias matri fecerunt, quiescant reliquias*. Na frase, o termo “*fílias*” está no caso acusativo, que é o caso próprio do objeto direto, porém está exercendo a função de sujeito. Esse fenômeno no Latim vulgar foi observado nas regiões da Espanha e de Portugal. O processo inverso, supressão do acusativo e conservação do nominativo, pode ser verificado nas outras línguas neolatinas, resultando num modo diferente de se fazer o plural das palavras: enquanto no português o plural é feito, em geral, com o acréscimo da letra “s” ao final das palavras, em outras línguas românicas o plural é feito pela variação de outras desinências. De qualquer maneira, não havia mais a necessidade de se ter diversos casos, já que a função sintática das palavras estava sendo exercida por sua posição na frase.

As palavras se dispunham na frase, em latim vulgar, segundo a ordem natural da elaboração do pensamento, ou seja, sujeito + verbo + objeto ou predicativo, em contraposição ao uso da língua clássica. Aconteceu que essa ordem seguida, quase invariavelmente, acabou por fixar a função das palavras na frase. Assim não se justifica mais a manutenção dos dois casos (COUTINHO, 2011, p. 228).

Como na Península Ibérica sobreviveu o caso acusativo em detrimento dos demais, pode-se afirmar que ele é o caso lexicogênico das palavras da língua portuguesa, ou seja, o acusativo é o principal caso responsável pela gênese do léxico português, sem, contudo, excluir exemplos de origem de muitas palavras a partir dos outros casos, dos quais citamos alguns: a partir do nominativo vieram Apolo, Cícero, Nero, Junior, Deus; do genitivo, Fernandes (*Fernandici*), Antunes (*Antonici*), aqueduto (*aquae + ductu*), jurisprudência (*juris + prudentia*); do dativo, crucifixo (*cruci + fixu*), Deodato (*Deo + datu*); a partir do ablativo vieram Sagres (*Sacris*), agora (*hac + hora*), talvez (*tali + vice*) (cf. COUTINHO, 2011).

Ainda outra mudança ocorrida no Latim vulgar foi o surgimento de uma nova classe gramatical, a saber, o artigo, que inexistia no Latim clássico e que só veio despontar com os

---

<sup>37</sup> A queda ou enfraquecimento das referidas consoantes finais processou-se com mais destaque em relação ao “m” no singular, pois em muitas situações o “s” permaneceu como marca de plural, pois esta era a terminação do caso acusativo plural do latim literário.

escritores do Latim vulgar tardio. Não só a gramática portuguesa recebeu esse acréscimo como também as diversas línguas novilatinas através de um processo de evolução bem simples.

Os artigos definidos se originaram da evolução dos pronomes demonstrativos (aquele, aquela, aquilo), que na escrita clássica eram “*ille*” (masculino), “*illa*” (feminino) e “*illud*” (neutro). Às vezes esses termos podem ser traduzidos como a terceira pessoa do pronome pessoal do caso reto. No uso vulgar latino, eles foram reduzidos para dois: “*illu*” (masculino) e “*illa*” (feminino). Dessas últimas formas, derivaram o “*lo*” e o “*la*” presentes na fase arcaica do português e, em seguida, surgiram as atuais formas. Coutinho (2011) apresenta a evolução do pronome demonstrativo latino na sua grafia vulgar até chegar à forma de artigo definido utilizado hodiernamente na língua portuguesa: masculino singular → *illu* → elo → lo → o; feminino singular → *illa* → ela → la → a; masculino plural → *illos* → elos → los → os; feminino plural → *illas* → elas → las → as.

Já os artigos indefinidos tiveram sua origem a partir do numeral cardinal latino “*unus*” (masculino), “*una*” (feminino), “*unum*” (neutro). Conforme Coutinho (2011), mesmo os escritores populares utilizavam bastante essa forma clássica do numeral cardinal, porém, no modo vernacular foram perdendo as consoantes finais (“s” e “m”) e sofreram outras transformações até tomarem as formas atuais. Sua evolução pode ser dita dessa maneira: a partir do nominativo, o masculino singular → *unus* → unu → ùu → um; e o feminino singular → *una* → ùa → uma; e a partir do acusativo, o masculino plural → *unos* → ùos → ùus → uns; e o feminino plural → *unas* → ùas → umas.

Muitas características da morfologia e da sintaxe da língua portuguesa, como também da fonética e do vocabulário, provenientes de transformações ocorridas com o Latim vulgar, poderiam ser elencadas, porém para o intento das reflexões proposta estas são suficientes.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas reflexões sobre o Latim, afirmamos que não podemos considerá-lo como uma língua morta, uma vez que ele vive nas línguas que dele nasceram. Ao pensar na língua latina devemos concebê-la primeiramente como língua-mãe do português, como aquela que gerou e forneceu material suficiente para atender às necessidades e tendências de comunicação de comunidades e nações. Dessa forma, é bastante significativa a influência exercida pelo Latim vulgar na origem do português.

Todas as mudanças que aconteceram no seio da língua latina não podem ser consideradas como perda ou decadência. Pelo contrário, as transformações ocorridas ao longo do tempo, sob a influência das novas realidades emergentes e das trocas interculturais, constituem uma evolução, aperfeiçoamento ou adaptação para que novos falantes em novas situações sócio-histórico-geográficas possam estabelecer uma comunicação efetiva e desenvolver suas relações interpessoais.

Da discussão, constatamos que a dominação político-militar exercida pelo Império Romano sobre a Península Ibérica não resultou somente em cobranças de impostos, mas proporcionou a difusão de um sistema linguístico tão complexo e organizado comparável à outra língua clássica, a saber, a grega, que é considerada uma das mais perfeitas e completas por possibilitar ao ser humano expressar seu pensamento de um modo mais eficaz e profundo, o que a maioria das línguas não pode fazer.

Outro ponto discutido, foi que, para a formação da nossa língua, tiveram papel relevante os substratos e superstratos, porém não se pode negar que o estrato latino é o principal elemento na constituição do vocabulário lusitano. As palavras herdadas das línguas pré-românicas (ibéricas e célticas) e pós-românicas (germânicas e árabes), juntamente com as palavras propriamente latinas, passaram por diversos processos de transformação, até se constituírem a essência do léxico português. Ademais, além das palavras portuguesas em si mesmas, tudo aquilo que se refere ao modo de pronunciar-las, às classes gramaticais e às relações que os termos das orações exercem uns sobre os outros, estão intimamente ligados ao Latim. No português não há apenas um alfabeto de letras latinas, mas boa parte dos seus elementos constituintes decorre dos processos de transformação sofridos nos usos do Latim dito vulgar.

Outra constatação, fruto destas reflexões, é a de que o Latim é uma língua que deve ser estudada por todos os que se interessam pela língua portuguesa. Tanto os linguistas como os estudantes dos cursos de formação de professores de Língua Portuguesa devem adentrar mais proficuamente no universo latino, estudando sua gramática e sua literatura clássica e pós-clássica.

Nesse sentido, não há dúvidas de que o objetivo almejado para este trabalho foi alcançado, uma vez que conseguimos elencar os principais pontos da história externa e interna da língua, focalizando, nesta, algumas mudanças linguísticas na morfologia e na sintaxe do Latim vulgar.

Entendemos, também, que a bibliografia pesquisada, especificamente Teyssier (2001), Ilari e Basso (2012), Carneira (2006) e Coutinho (2011), foi suficiente, uma vez que forneceu a base essencial para desenvolvermos as reflexões apresentadas. No entanto, é evidente que este estudo

trata apenas de uma introdução à imensidão de conhecimentos que podem ser apreendidos por uma pesquisa mais demorada com essa temática.

Por fim, como toda pesquisa, esta não pretendeu esgotar a temática, mas suscitar e, ao mesmo tempo, renovar o debate sobre a origem da língua portuguesa, de forma que possamos despertar outros para a ideia de adentrar em pesquisas que possam alargar os horizontes a respeito do Latim, dando continuidade ao que vem sendo feito por alguns pesquisadores.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Maria Cristina de. *História da Língua Portuguesa*. Disponível em: <file:///C:/Users/SEMPT/Downloads/Hist%C3%B3ria\_da\_L%C3%ADngua\_Portuguesa\_-\_Diacronia\_2014.pdf>. Acesso em: 30 jul 2016.

CARDEIRA, Esperança. *O essencial sobre a história do português*. Lisboa: Caminho, 2006. (Col. O essencial). Disponível em: <[http://www.academia.edu/4614027/CARDEIRA\\_Esperanca\\_O\\_essencial\\_sobre\\_a\\_historia\\_do\\_portugues](http://www.academia.edu/4614027/CARDEIRA_Esperanca_O_essencial_sobre_a_historia_do_portugues)>. Acesso em: 30 jul 2016.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio: 2011.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos - a língua que falamos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, Maria Cristina . *A língua latina: sua origem, variedades e desdobramentos*. Revista Philologus, Ano 12, Nº 36. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2006. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/36/02.htm>> Acesso em: 04 fev 2017.

ROSÁRIO, Miguel Barbosa do. *Latim básico*. 2011. Disponível em: <<http://www.latim-basico.pro.br/st/latimbasico.pdf>> Acesso em: 01 mar 2017.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. [Traduzido por Celso Cunha]. Martins Fontes. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/158086/mod\\_resource/content/1/TEYSSIER\\_%20HistoriaDaLinguaPortuguesa.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/158086/mod_resource/content/1/TEYSSIER_%20HistoriaDaLinguaPortuguesa.pdf)> Acesso em: 03 fev 2017.

Recebido em 22/03/2018.

Aceito em 20/07/2018.